

Saúde e Sociedade: parceria e abertura para novas abordagens

Saúde e Sociedade Journal: partnership
and openness to new approaches

Cleide Lavieri Martins ¹

Helena Ribeiro ¹

Augusta Thereza Alvarenga ¹

José da Rocha Carvalheiro ²

Abstract *The text traces the trajectory of the Saúde e Sociedade scientific journal, published by the School of Public Health, University of São Paulo in partnership with the Associação Paulista de Saúde Pública since 1992. It presents the context of the era in which the journal was created and its mission of divulging the contributions of Human and Social Sciences to Health Care, the challenges it has faced over the length of its history until today, its goals and strategies for improving scientific quality, the journal's visibility, becoming indexed in various national and international bibliographic databases and about its internationalization and sustainability, reaffirming its founding principles.*

Key words *Scientific publication, Social sciences, Human sciences, Public health, Intellectual production*

Resumo *O texto relata a trajetória do periódico científico Saúde e Sociedade, editado desde 1992 pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo em parceria com a Associação Paulista de Saúde Pública. Apresenta o contexto da época de criação do periódico, sua missão, voltada à divulgação da contribuição das Ciências Humanas e Sociais à Saúde, os principais desafios enfrentados ao longo de sua história até os dias de hoje, as metas e as estratégias para melhoria da qualidade científica, da visibilidade da revista, da indexação em diferentes bases bibliográficas nacionais e internacionais, da internacionalização e da sustentabilidade, com reafirmação de seus princípios fundantes.*

Palavras-chave *Publicação científica, Ciências sociais, Ciências humanas, Saúde pública, Saúde coletiva, Produção intelectual*

¹ Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo. Av. Dr Arnaldo 715, espaço editorial, prédio da Biblioteca FSP, 01246-904, São Paulo, SP, Brasil. cleide@usp.br

² Instituto de Saúde, Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo.

Contexto de criação

No ano da criação da revista *Saúde e Sociedade*, 1992, o mundo vivia momentos críticos. Aproximava-se o século XXI, tido como limite para que se atingisse a Saúde para Todos, anunciada pela OMS, em sua 30ª Assembleia Mundial, em 1977. O documento *Saúde para Todos no Século XXI*, foi complementado pela Declaração de Alma Ata, em 1978, que proclamava a Atenção Primária de Saúde (APS), como a estratégia para alcançar tal meta.

No mesmo ano, realizou-se, no Rio de Janeiro, a “Cúpula da Terra”, também conhecida como Eco 92 ou Rio 92. Nela se aprovou a Agenda 21, que apresenta o “desenvolvimento sustentável” como aquele que garante boas condições de vida para a geração atual, sem prejudicar as gerações futuras. A saúde entrou definitivamente no debate sobre o desenvolvimento do mundo, contextualizando o econômico, pela necessidade de garantir o “bem estar”. A discussão sobre os direitos à saúde como direitos humanos esteve, ainda, enfaticamente presente em dois importantes eventos internacionais, na década de 1990: a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, no Cairo (1994), e a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, em Beijing (1995). Esses eventos geraram intenso debate em todo mundo. Cabe destaque as reflexões críticas e acaloradas sobre os benefícios, mas, sobretudo, os riscos que o acelerado avanço da techno-ciência gerava irrefletidamente para a vida no planeta, notadamente em campos caracteristicamente multidisciplinares, como a saúde.

Pela complexidade dos fenômenos e das propostas, a essência do debate transitou para o diálogo multidisciplinar e interdisciplinar, já a partir dos anos 1970, ou, mais propriamente, transdisciplinar, nos anos 1990. Nesse cenário, as ciências humanas e sociais foram, também, convidadas a contribuir no entendimento e mesmo decifração dos problemas complexos que desafiavam cotidianamente a ciência contemporânea.

No terreno nacional, a década de 1990 foi tributária de avanços ocorridos, nos anos 1970 e, em especial, nos anos 1980, quando tais reflexões críticas e movimentos sociais significativos ganharam expressão, culminando na abertura democrática do regime político e na promulgação da nova Carta Constitucional, em 1988. No campo da Saúde, destacou-se, desde os anos 1970, o movimento da Reforma Sanitária Brasileira, caracterizado como importante movimento social, cuja proposta era pensar não somente

o sistema de saúde, mas igualmente as condições de vida e de saúde da população, contemplando seus direitos. A esse movimento, muitos outros se juntaram, como o de mulheres, que teve e continua manifestando grande expressão em nosso país, pelas conquistas sociais e de saúde. Desse modo, assistíamos, na década de 1990, a tentativas concretas de regular o funcionamento do Sistema Único de Saúde - SUS. Todos esses desdobramentos exigiam novo olhar sobre a saúde pública e coletiva.

Em São Paulo, a Secretaria de Estado da Saúde (SES-SP) que já havia, há muito, criado um sistema regionalizado e hierarquizado, buscava adaptar-se à nova estrutura proposta para o SUS.

Nesse contexto, duas instituições propuseram a criação da *Saúde e Sociedade*: a Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP) e a Associação Paulista de Saúde Pública (APSP), que entreviam a exigência de um novo periódico, que mergulhasse na complexidade da saúde, em termos da sociedade global.

A motivação acadêmica insere-se num quadro mais amplo de criação de novos periódicos na área de saúde. Na década de 1970, o dinamismo do movimento da Reforma Sanitária Brasileira e seus desdobramentos puderam ser consolidados pela oportuna criação, em 1976, da revista *Saúde em Debate*. Em 1985, a criação do periódico *Cadernos de Saúde Pública* anunciava a importância e a necessidade de ampliação da produção e da divulgação científica no campo da saúde. Esse fato culminou na década de 1990, quando foi lançada uma dezena de novas revistas relacionadas com a área.

Naquele contexto editorial, *Saúde e Sociedade* foi lançada, como revista das áreas de Ciências Humanas e da Saúde, buscando dar visibilidade às suas características e propósito. Outras três revistas lançadas na década de 1990, constam hoje na coleção SciELO como pertencentes a Ciências Humanas e Ciências da Saúde: *Physis*; *Revista de Saúde Coletiva*, em 1991; *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, em 1994; e *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, em 1997. Na década de 90 outras importantes revistas da área de saúde coletiva foram criadas – *Ciência e Saúde Coletiva*, em 1996, e *Revista Brasileira de Epidemiologia*, em 1998, ambas ligadas a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco).

Saúde e Sociedade nasceu da necessidade de periódicos que dessem conta da produção científica das Ciências Humanas e Sociais em Saúde (CHSS), que estava sem voz. Isso foi afirmado no Editorial do seu primeiro número, assinado pela

então diretora da FSP, socióloga Aracy Witt Spínola e por Álvaro Escrivão Junior, médico sanitário, presidente da APSP.

Saúde e Sociedade nasce com o propósito de inovar no campo da saúde pública. Inovar significa, para nós, propiciar espaço para que aflore um novo tipo de reflexão sobre os problemas de saúde pública/coletiva que afetam nosso país e todo o continente latino-americano. Os problemas, é certo, nem sempre são novos, como é o caso do ressurgir do cólera em nosso continente e em nosso país, mas o modo de pensá-los é necessariamente novo; nisto consiste nosso desafio¹.

Cadernos Pagu e Estudos Feministas, também são dessa década, e filiam-se de maneira específica à área das Ciências Humanas, mas representam grande contribuição à área da Saúde tendo em vista que, naqueles anos, ganharam maior expressão vários movimentos de mulheres, a partir das Reuniões de Cairo (1994) e de Beijing (1995). Naquelas reuniões, os conceitos de saúde sexual e saúde reprodutiva, assim como de direitos sexuais e direitos reprodutivos, emergiram e passaram, no Brasil, a pautar políticas públicas e a enriquecer a produção científica do campo da saúde, via abordagem de gênero².

Saúde e Sociedade nasceu, portanto com o compromisso de estimular a produção e divulgar temas na interface das questões sociais e de saúde, além de, com o nome, prestar homenagem a Cecília Donnangelo, eminente socióloga da saúde, que havia publicado clássico trabalho com o título – Saúde e Sociedade – e deixado, com sua obra, grande legado ao que se convencionou chamar de abordagem do “social em saúde”, conforme atesta publicação recente, em sua memória, organizada por Carvalheiro et al.³.

A motivação profissional da APSP por uma publicação conjunta com a FSP explica-se por sua origem, em 1972, sob forte influência do seu idealizador e primeiro presidente, Rodolpho dos Santos Mascarenhas, docente da FSP e eminente sanitário, cuja preocupação pelo social desenhava-se, desde os primórdios, nos arquivos de suas clássicas disciplinas sobre campanhas em saúde. A interação entre as duas instituições não é fortuita. Durante a gestão de Walter Leser na Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, organizou-se a carreira de médico sanitário, para dar suporte à estrutura hierárquica e regionalizada do Sistema de Saúde. O acesso na carreira dava-se, obrigatoriamente, pela titulação obtida nos cursos de especialização na FSP. Não surpreende, portanto, que significativa proporção dos membros da APSP fosse egressa dos mencionados cursos.

A convergência das motivações está bem documentada no projeto de criação da revista. Na FSP havia um movimento para criar uma nova revista (além da Revista de Saúde Pública, uma das mais antigas revistas brasileiras, editada pela Faculdade), que desse conta de abordagens inovadoras à saúde pública, com instrumentos conceituais adequados, e maior aproximação com as ciências humanas, como alternativa aos autores.

Uma comissão multidisciplinar, coordenada pela socióloga Augusta Thereza Alvarenga, professora da FSP, elaborava proposta à Congregação, quando verificou que a APSP tinha o mesmo propósito. Por sua iniciativa, a FSP aprovou a junção de esforços para criar um periódico de responsabilidade editorial compartilhada entre ambas as instituições. Pelas origens da APSP, fortemente associada à FSP na formação de quadros sanitários para operação das ações de saúde no Estado, e por sua pertinência, a proposta foi aprovada pela Congregação da Faculdade e pela Diretoria da APSP. Nesse período inicial, representando a FSP, a editoria científica coube a Augusta Alvarenga e, representando a APSP, primeiro a José da Rocha Carvalheiro, seguido por Paulo Eduardo M. Elias.

Os editoriais, ao longo dos 24 anos de existência da Saúde e Sociedade, empregam diferentes expressões para se referir à missão da revista, à sua identidade ou marca distintiva: *‘Divulgar a produção de diferentes áreas do saber e abordar de forma interdisciplinar o campo da saúde pública’*; *‘Articular dimensão do saber e da prática do campo da saúde pública/coletiva’*; *‘Interface saúde pública/coletiva com ciências sociais e humanas’*; *‘Composição de um mural que consiga ir revelando cada vez mais a cara da saúde associada à sociedade e vice versa’*; *‘Projeto editorial que aproxime as questões e análises da saúde no campo social do campo das políticas e práticas de gestão’*; e *‘Transformar atores em autores’*.

O início sempre difícil

Foi constituído um conselho editorial misto, com dois editores científicos, um de cada Instituição. Enfrentou-se, então, a realidade da editoria científica de um periódico que se propunha a articular os interesses de duas instituições muito diferentes – uma acadêmica e uma associação de profissionais de saúde pública, com a pretensão de colher contribuições nos dois ambientes. O convite, aos potenciais autores, para submeter artigos com temática pré-definida, era quase um

oximoro, i.e. uma encomenda sob controle, sujeita ao crivo dos revisores *ad hoc*.

A luta pela indexação também foi um caso “fora da curva”, no sentido de ser uma revista destinada a servir simultaneamente ao meio acadêmico e ao ambiente de trabalho na rede de serviços de saúde. Parafraseando Mário Testa⁴, diríamos que Saúde e Sociedade transita, ao mesmo tempo, pelos interesses dos três poderes: político, administrativo e técnico. Não obstante a excepcionalidade do periódico, ele foi indexado no LILACS - Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde, já em 1994.

A luta pelo suporte financeiro foi, e ainda é, uma batalha sem trégua. Após três anos de publicação, algumas dificuldades começaram a se acentuar. Publicada semestralmente, era produzida com recursos de infraestrutura da Faculdade - gráfica, correio, sala, secretária em tempo parcial e com constantes mudanças. Os exemplares eram distribuídos aos associados da APSP, e poucos eram os assinantes.

O trabalho era bastante artesanal; frequentemente, os números atrasavam; havia poucos artigos para que houvesse um processo seletivo muito criterioso. Mesmo diante de dificuldades e atrasos, nunca ocorreu interrupção da publicação. Mas, nessas condições seria impossível angariar novos recursos para a sua manutenção, tanto de órgãos da universidade, quanto de agências de fomento, como Fapesp e CNPq.

Primeiro momento de revisão – Indexar ou morrer!

Ao redor do ano 2000, a revista defrontou-se com uma série de desafios que motivou alguns movimentos importantes.

Novos critérios de avaliação de programas de pós-graduação pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento do Ensino Superior (CAPES) ranquearam os periódicos que teve, dentre outras consequências, repercussão nos critérios de financiamento das publicações.

Para a APSP, a indexação era uma preocupação marginal, o importante era a possibilidade de divulgar debates e pesquisas que atendessem aos serviços de saúde, mas para a Faculdade a produção científica acadêmica era uma questão relevante.

Por outro lado, a APSP contava com escassos recursos financeiros para manter a sede e suas atividades. Era recente a retomada da periodicidade bianual dos congressos paulistas, centro dos

esforços da Diretoria. Não havia como arcar com os custos inerentes à produção gráfica, como revisão de texto, diagramação e impressão.

A revista, que tinha como autores principais pesquisadores de São Paulo, viu-se compelida, também, a atrair bons trabalhos de pesquisadores de todo país, e a estabelecer novas estratégias, para atender critérios de indexação.

A meta estabelecida, em 2001, pelo conselho editorial, foi a obtenção de novas indexações, principalmente no Portal SciELO. Para tanto, o projeto editorial foi revisto, discutiu-se as possibilidades de apoio financeiro e buscou-se apoio político para essa revisão.

Manter a pontualidade da publicação; diminuir a endogenia se apresentaram como pontos centrais, para atender critérios SciELO. As estratégias desenvolvidas, entre 2001 e 2003, a partir de pequenas mudanças na comissão editorial e maior apoio político da diretoria da FSP e da APSP, foram: composição de conselho de consultores com pesquisadores de diferentes estados brasileiros e de outros países; adequação normativa; introdução do resumo em inglês; diagramação dos artigos por profissional especializado; e aumento do número de artigos, uma vez que um dos critérios para indexação no Portal SciELO, para revistas da área de humanas, era, na época, a publicação anual de, no mínimo, 24 artigos.

Com apoio das diretorias da Faculdade e da APSP, conseguiu-se garantir uma sala, ramal telefônico, equipamentos de informática e uma secretária em período parcial de trabalho para as atividades cotidianas da revista. Foram buscados apoios financeiros externos para garantir e ampliar o fluxo do periódico. Estes apoios vieram principalmente de parceria com o Ministério da Saúde – Secretaria de Gestão Participativa, para publicação de artigos e promoção de debates com temas de interesse ao Ministério; e do Programa de Apoio às Publicações Científicas e Periódicos da Universidade de São Paulo. Outras formas de angariar recursos, como assinatura e venda e publicidade não foram opções consideradas adequadas ou possíveis, naquele momento.

Por outro lado, avaliou-se que a revista precisaria ser mais conhecida entre pesquisadores para atrair artigos com abordagem mais consistente e atinentes à linha editorial da revista. Iniciou-se, então, uma série de ações com este fim: doação da coleção e de volumes para bibliotecas; disponibilização *on line* dos artigos na íntegra, de toda coleção a partir de 2002, no sítio eletrônico da APSP; participação em eventos científicos com exposição em *stands* e doação de exemplares

da revista aos participantes; convite a pesquisadores para redação de manuscritos para a seção Temas em Debate; realização de seminários temáticos por ocasião do lançamento de números da revista.

Paralelamente, foram escritas cartas de apresentação da revista e solicitação de indexação a várias bases bibliográficas.

Como resultados positivos de todas estas adaptações a critérios e de esforços de comunicação, a revista conseguiu indexação, além da LILACS, nas seguintes bases, nos anos indicados:

- Cambridge Sociological Abstracts (CSA) - em duas bases distintas: Sociological Abstract - 2006 e Social Services Abstract - 2006
- SciELO - Scientific Electronic Library On Line - 2008
- Scisearch, Journal Citation Reports/Social Sciences Edition - 2008
- ISI - International Statistical Institute - Thomsom Reuters - 2008
- Ulrich's International Periodical Directory - 2008
- Latindex - 2008
- EBSCO Publishing - 2009
- Library Of Congress Cataloging - 2010
- Scopus - 2010

No entanto, a classificação atribuída ao periódico, pela Capes, ainda era aquém das expectativas. Um dos problemas era que os critérios usados pela CAPES, para avaliar os periódicos científicos da área da Saúde Coletiva, se pautavam mais em características da área médica e biomédica do que naquelas mais afetas à área de ciências humanas e sociais⁵.

Outra iniciativa para aumentar o número de artigos submetidos e, ao mesmo tempo, reforçar seu campo de interesse na interface entre as CSHS, em 2007, foram algumas chamadas de artigos nos seguintes temas: Gênero, sexualidade e identidade; Violências; e Trabalho.

Em outra vertente, procurou-se reforçar o compromisso da revista com a sustentabilidade e, em 2008, ela passou a ser impressa em papel reciclado. Também em 2008, fruto dos esforços realizados, a publicação passou a ser trimestral e apresentar novo projeto gráfico. A Figura 1 mostra as capas da revista de 1992 até o momento, que são retratos externos de processo interno, descrito em editorial citado a seguir:

Revistas, como as pessoas, têm vida e fases da vida. Digamos que Saúde e Sociedade mudou de fase e não apenas de roupa ou de modo de se vestir. Caminha em direção à maturidade, própria de uma publicação consolidada no campo da Saúde, e decidida a subir no *ranking* das publicações científicas, resguardando o compromisso com seus princípios fundantes:

- divulgar um tipo de reflexão científica, rigorosa, mas de caráter mais ensaístico;
- incitar a polêmica, de sorte a que se instaure, entre os profissionais do campo, um saudável clima de debate de ideias, propostas e práticas;
- abrir maior espaço para áreas das ciências humanas cuja contribuição ao campo da Saúde Pública/Coletiva apresente-se como primordial;
- promover a divulgação de práticas inovadoras, em termos de proposta ou de desenvolvimento nos Serviços de Saúde, que venham enriquecer o debate no campo⁶.



Figura 1. Capas da Saúde e Sociedade de 1992 a 2015.

O número de artigos publicados por ano passou de 12, no período de 1992 a 2002, para 24 em 2003 e, daí em diante, houve uma curva ascendente de artigos submetidos e publicados (Tabela 1). Entre 2008, ano de entrada da revista na Coleção SciELO, e 2009 o aumento de submissões foi de 88,9%. Em 2014, foram submetidos 656 manuscritos e publicados 112.

A entrada no SciELO e no ISI, com o consequente melhor conceito Qualis Capes, em especial na área de Saúde Coletiva, associada a pressão para que orientadores de programas de pós-graduação melhorassem sua produção, podem ter contribuído para o aumento de submissões de manuscritos.

Segundo momento de revisão – *Mais Desafios*

Os grandes avanços alcançados foram seguidos de novos desafios. A classificação dos periódicos como um dos aspectos importantes da avaliação dos programas de pós-graduação e os critérios exigidos pelas bases de indexação conduziram, entre outros desafios, o de aumentar o fator de impacto e o de internacionalizar as revistas.

Essa tendência pode ser criticada se for considerado que a proposta original de Saúde e Sociedade deveria ser analisada em seu sucesso, por exemplo, pela evidência de que se consolidou

como instrumento cientificamente confiável de interagir com os serviços de saúde, oferecendo análises e propostas de aprimorar políticas. Mas os índices bibliométricos estão sendo empregados no sentido de hierarquizar academicamente os periódicos. Há questionamentos em diversos setores. As ideias originais de Garfield⁷, aproveitadas no índice ISI, destinavam-se apenas ao estudo da interdisciplinaridade; “não passava pela cabeça do autor” empregar seu método para classificar (hierarquizando) nem autores nem revistas; programas de ensino, então “nem pensar”. Porém, de alguma forma, os índices bibliométricos estão influenciando diretamente a dinâmica editorial.

Além da SciELO, a indexação em outras bases internacionais, sobretudo no ISI Thomson Reuters, a maior divulgação da revista, e a pressão para publicação, cada vez maior, nos programas de pós-graduação, trouxeram, como já referido, um aumento expressivo de artigos submetidos, levando à menor fluidez no processo de editoração, sobrecarga de trabalho para a Comissão Editorial, demora em responder aos autores e tempo longo entre a submissão e a publicação.

No entanto, a publicação de alguns artigos submetidos não se justificava num periódico que almejava se consolidar, exigindo revisão do projeto editorial.

A análise dos motivos de recusa dos artigos por pareceristas *ad hoc* e as implicações operacionais resultantes do aumento de submissões, levaram o Conselho Editorial, a partir de 2010, a realizar uma primeira seleção, logo após a submissão do manuscrito, verificando a adequação dos artigos submetidos ao perfil da revista e à prioridade temática. Essa triagem preliminar resultou em que, hoje, cerca de 70% dos trabalhos submetidos sejam recusados de forma rápida. Extrato de texto de um editorial da revista, de 2012, ilustra o fato.

Rever e aperfeiçoar constantemente os parâmetros de avaliação de artigos recebidos tem sido uma prática recorrente nas reuniões do Conselho Editorial, requerendo discernimento e postura crítica diante da quantidade sempre crescente de artigos recebidos e da dificultosa pontualidade de retorno aos autores, simultaneamente à consolidação do nosso perfil editorial⁸.

Levantamento dos pareceres emitidos, no processo de revisão por pares, entre 2009 e 2010, apontou diferentes problemas, que justificaram a recusa de, na época, cerca de metade dos trabalhos submetidos, sendo que as críticas mais relevantes foram:

Tabela 1. Número de artigos submetidos e publicados, Saúde e Sociedade, 2003 a 2014.

Ano	artigos submetidos		artigos publicados	
	nº	% aumento anual	nº	% aumento anual
2003	*	*	12	*
2004	*	*	24	100,0
2005	*	*	25	4,2
2006	*	*	31	24,0
2007	*	*	43	38,7
2008	129	*	56	30,2
2009	171	32,6	66	17,9
2010	323	88,9	79	19,7
2011	429	32,8	84	6,3
2012	577	34,5	88	4,8
2013	615	6,6	99	12,5
2014	656	6,7	112	13,1

* sem informação.

Nota: entre 1992 e 2003 a publicação foi semestral, entre 2004 e 2007 quadrimestral e a partir de 2008 trimestral.

- quanto ao conteúdo: utilização precária de instrumentos de coleta de dados e de tratamento dos resultados; conceitos desarticulados entre si e com a perspectiva de análise; superficialidade e desconhecimento das correntes de pensamento a respeito do tema; indefinição de variáveis e de conceitos; imprecisões conceituais e metodológicas; referências bibliográficas insuficientes para respaldar os resultados /afirmações/ interpretações; ausência de diálogo com autores citados; ausência de revisão crítica da literatura sobre o tema ou sobre a literatura utilizada; ausência de mediações e perspectivas teóricas; “impressionismo”: escolha aleatória de argumentos; ausência de conteúdo claro e argumentação sem consistência teórica e empírica; aplicação forçada de referências, sem as devidas mediações teóricas quanto à situação analisada; falta de alinhamento entre os autores citados e os achados da investigação; argumentação sem clareza de objetivos, de conceitos, de fundamentação; argumentação frágil, superficial, equivocada quanto à referência teórica; argumentação repetitiva; abordagem extremamente descritiva ou pobremente descritiva.

- quanto à estrutura do texto: falta de clareza de exposição; ausência de conceitos e/ou indefinição de conceitos, de termos e de objetos; redação confusa e/ou inadequada; linguagem ambígua e com incoerências; ausência de proble-

matização; conclusão inadequada, sem relação com objetivos e com resultados; resumo não correspondendo ao artigo; e conclusão inadequada, sem relação com objetivos e com resultados.

- quanto à forma: uso de neologismos e/ou chavões; bibliografia extensa, mas não utilizada; citações fora dos padrões.

Essas críticas apresentadas por pareceristas indicam a fragilidade de alguns manuscritos submetidos à época, e cuja recusa era importante para angariar a qualidade almejada ao periódico, com aumento de seu fator de impacto.

Um problema enfrentado por Saúde e Sociedade tem sido a baixa citação dos artigos publicados, em que pese sua qualidade. O Gráfico 1 indica as citações recebidas por artigo publicado na Saúde e Sociedade, segundo *Scientific Journal Report*. Entretanto, desde 2009 há citações de artigos de Saúde e Sociedade em periódicos estrangeiros, que, no período 2009 a 2014, totalizaram 43 citações, provenientes da Colômbia, Chile, Espanha, Portugal, Argentina, Cuba e México, indicando início de uma inserção internacional, da qual se falará mais adiante. No mesmo período, houve 1.753 citações em 345 revistas brasileiras, indicando que a penetração da revista ainda é muito nacional.

Esta tem sido uma característica geral das revistas da área de ciências humanas, no Brasil. No entanto, a busca por aumento do número de cita-

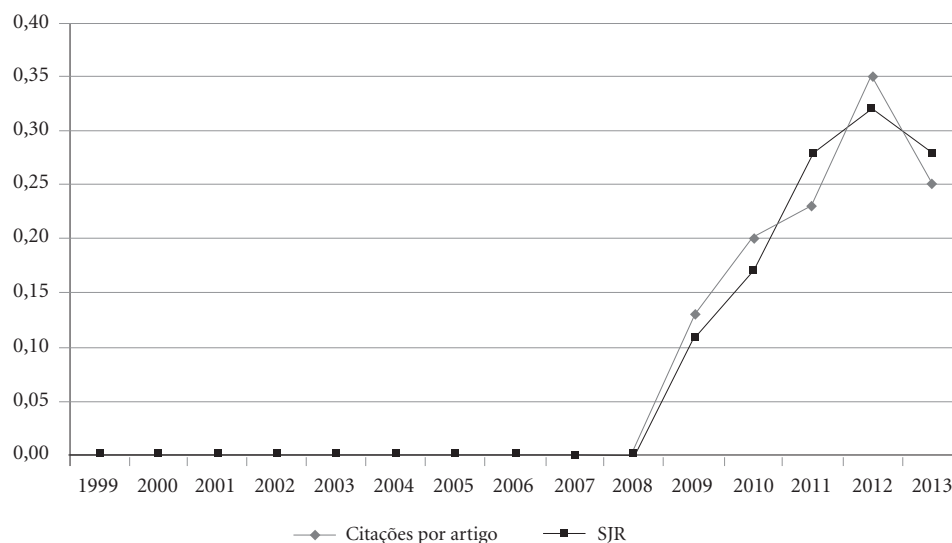


Gráfico 1. Indicador SJR e citações por artigo.

Fonte: SJR março 2015.

ções dos artigos publicados era premente. O fato da maioria dos artigos ser apenas em português poderia ser um fator limitante.

Para enfrentar os novos desafios, o Conselho Editorial, em 2010, já havia traçado algumas metas: diminuir tempo de avaliação e publicação dos artigos; aumentar fator de impacto da revista; fortalecer estrutura técnico-administrativa; ampliar fontes e formas de financiamento; avaliar sua linha editorial; ampliar a internacionalização, com versão para inglês dos artigos de interesse mais universal e indução à maior porcentagem de autores do exterior. Obviamente, havia, também, um interesse na integração e no diálogo com cientistas de outras nações, de modo a enriquecer a própria produção científica brasileira e sua inserção mundial.

Como estratégias para atingir essas metas, foram adotadas, além da triagem de artigos no momento da sua submissão, já mencionada: publicação bilíngue de artigos com potencial de interesse internacional; realização de uma Oficina “A Produção do Conhecimento na Interface entre as Ciências Sociais e a Saúde Pública/Coletiva”, em 2012, para desencadear discussão sobre a linha editorial da revista; seleção de temas emergentes para composição de dossiês, com autores nacionais e internacionais; reestruturação do corpo editorial; mudança no processo de avaliação dos artigos, com apoio de editores associados *ad hoc* para indicação de pareceristas. Uma das questões desencadeadoras da Oficina foi a atuação editorial na direção das variadas, diferentes e emergentes áreas de interface entre Saúde e Sociedade, buscando colocar-se como um espaço aberto e sensível a novas abordagens, mantendo a visão crítica e reflexiva.

Em final de 2014 e início de 2015, muitas das metas anteriores foram mantidas, por um novo Conselho Editorial. Destacam-se a publicação dos artigos em inglês, além de português ou espanhol, e a consolidação da linha editorial afinada com sua missão. Pesquisa de Minayo⁵ identificou que mais de 59% dos artigos publicados em Saúde e Sociedade tratavam de temas na interface entre as ciências sociais e humanas. Esta porcentagem pode ser ampliada, assim como a de artigos que tratam de temáticas socioambientais. Para reforçar a linha editorial da revista, considerando também a recente produção científica e a agenda contemporânea com novos temas, mais recentemente, foram organizados dossiês, cujos temas estão listados a seguir:

- Em 2014: Geografia da saúde no cruzamento de saberes; Violência: questão de interface

entre a saúde e a sociedade; Saúde Global: tendências atuais; Uma antropologia da interface: políticas públicas e assistenciais em perspectiva comparativa

- Em 2013: Na velocidade do mundo: migrações e mudanças sociais; O trabalho e a saúde dos trabalhadores: sinais da insustentabilidade do atual modelo produtivo; A longa batalha pelo financiamento do SUS.

Anteriormente, haviam sido organizados alguns números temáticos:

- Fome, pobreza e saúde pública, em 2003
- Seguridade social e o SUS, em 2005
- Transdisciplinaridade e saúde, em 2005
- Programa Cidades e Saúde da OMS, em 2006
- Desigualdades e serviços de saúde, em 2006
- Determinantes sociais e ambientais, em 2007
- Saúde e diversidade cultural, em 2007
- Exclusão social, insegurança, vulnerabilidade: incluir com acesso à saúde?, em 2007.

Reafirmando sua missão, Saúde e Sociedade tem valorizado a produção das CSHS, oferecendo ao leitor um conjunto de reflexões de cientistas sociais sobre o próprio campo. A APSP promoveu dois encontros paulistas de Ciências Sociais e Humanas na Saúde, o primeiro em 2005 e o segundo em 2009, os textos das apresentações deste último, cuja temática era “A Contribuição das Ciências Sociais e Humanas na Formação, na Pesquisa e no Ensino da Saúde Pública”, foram divulgados em dossiê. Também foram publicadas na integra as exposições da Mesa Redonda “O lugar das Ciências Sociais na Saúde Coletiva: trajetória, conquistas e desafios”, tema central do V Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas da Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva (Abrasco), realizado na USP em 2011. Em 2013, foi publicado dossiê “A produção do conhecimento na interface entre as ciências sociais e a saúde pública/coletiva”, resultado da já citada Oficina, promovida pela Saúde Sociedade.

Ao mesmo tempo, tem procurado atender ao debate político das questões de saúde no estado de São Paulo, uma das bandeiras da APSP, e a temas importantes para os serviços de saúde e seus trabalhadores, como, por exemplo, em 2011, quando da publicação de suplemento sobre “Atenção Primária à Saúde no Estado de São Paulo”; e, em 2009, do suplemento com os trabalhos contemplados com o Prêmio Sergio Arouca de Gestão Participativa em Saúde.

Os números temáticos tiveram sempre amplitude interdisciplinar, que garantia a coerência

da proposta. A diversidade de temas e áreas acadêmicas abrangidas em artigos publicados por Saúde e Sociedade se reflete na sua classificação pelo sistema de avaliação da Capes, por diferentes áreas.

A classificação é realizada pelas áreas de avaliação Capes, sendo os periódicos enquadrados em estratos indicativos da qualidade - A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C - com peso zero. O mesmo periódico, ao ser classificado em duas ou mais áreas distintas, pode receber diferentes avaliações, indicando o valor atribuído, em cada área Capes, à pertinência do conteúdo veiculado (Quadro 1).

Como expresso em análise da produção intelectual em saúde coletiva:

As ciências sociais e humanas, contudo, não se caracterizam pela existência de um paradigma único, hegemônico (e possivelmente jamais o serão). Isso também tem implicações para a produção de conhecimento; o autor nessas áreas tem necessidade de explicitar suas opções teóricas de forma mais extensa⁹.

Minayo⁵ em estudo sobre a intercessão das ciências sociais com a saúde coletiva, observa que as duas revistas Qualis A com maior impacto na área de Saúde Coletiva são as que menos divulgam estudos em que entram especificamente as ciências sociais e humanas, embora o façam. Em 20 meses, de 2011 e 2012, analisados pela autora, Cadernos de Saúde Pública publicou 41 artigos (14,3%); e Revista de Saúde Pública, 16 (7%).

Talvez por apresentarem em maiores proporções estudos da área de epidemiologia, a mais consolidada e corporativamente organizada dentre as que conformam o campo da saúde coletiva, elas sinalizam as dificuldades que as Ciências Sociais e Humanas ainda têm para ter sua contribuição e lógica aceitas no nicho mais valorizado.

Como resultado de movimentos para a internacionalização de Saúde e Sociedade, houve aumento de artigos com autoria de pesquisadores estrangeiros, que, nos primeiros anos, era muito marginal.

A partir de 2006, fruto de uma missão a Portugal, financiada pelo CNPq, conduzida por professores da FSP houve uma aproximação com a Comunidade de Países de Língua Portuguesa e diversos autores portugueses passaram a submeter artigos à Saúde e Sociedade. Isto fez com que o periódico se tornasse conhecido em Portugal, mas, também, começaram a chegar, espontaneamente, artigos de outros países europeus, sobretudo da Espanha.

Desde 2009, era dada aos autores a opção para a publicação bilíngue, em inglês, além de português (ou em espanhol e francês). Até meados de 2012, os autores que optassem pela publicação em inglês, além da versão em português, arcavam com despesas de tradução. A partir de meados daquele ano, os artigos de interesse internacional já foram publicados em dois idiomas, e a tradução passou a ser custeada pela revista, com verba de projeto de internacionalização, apresentado e

Quadro 1. Classificação de Saúde e Sociedade no Qualis-periódicos - Capes, 2015.

Estrato	Área de Avaliação CAPES
A1	Planejamento Urbano e Regional / Demografia
A2	Interdisciplinar, Ciências Ambientais, Geografia, Educação Física.
B1	Interdisciplinar, Enfermagem, Antropologia / Arqueologia, Sociologia, Administração, Ciências Contábeis e Turismo, História, Ciência Política e Relações Internacionais, Ensino, Engenharias I e III, Ciências Agrárias I.
B2	Saúde Coletiva, Nutrição, Psicologia, Serviço Social, Arquitetura e Urbanismo, Teologia.
B3	Odontologia, Economia, Medicina I e III, Educação, Odontologia, Farmácia, Letras / Linguística.
B4	Medicina II, Ciências Sociais Aplicadas I, Ciências Biológicas III, Matemática / Probabilidade e Estatística, Biodiversidade.
C	Direito

Fonte: CAPES. Ministério da Educação. Março 2015.

contemplado pela Comissão de Credenciamento de Revistas, ligada à Reitoria da Universidade de São Paulo. Os artigos avaliados pela Comissão Editorial como de interesse local continuaram a ser publicados somente em português. Em 2013, o número de artigos em inglês e português aumentou significativamente, passando de 6 (6,8%) em 2012, para 32 (32,3%) em 2013, e 40 (35,7%) em 2014. Além desses em formato bilíngue, entre 2012 e 2014, houve sete artigos que já vieram submetidos em inglês, sendo cinco de autores de outros países, registrando o início da penetração internacional do periódico. A meta atual é que todos os artigos possam ser publicados em dois idiomas, mas esse salto exige maior segurança no financiamento dos custos. Com a crise financeira da Universidade, em 2015, e menor aporte de recursos pela Reitoria, voltou-se a solicitar aos autores que custeassem a versão de seus artigos para o inglês. Desta vez, as respostas dos autores foram mais positivas, o que permitiu que se mantivesse o ritmo crescente de publicação bilíngue no portal SciELO.

Entretanto, alguns autores manifestam como justificativa para não traduzir, para além da disponibilidade financeira, o interesse nacional do tema tratado e a forma como o tema está apresentado, sem contextualização para leitores não brasileiros, ou seja, para estrangeiro ler não basta estar em inglês, tem que ser escrito para estrangeiros. Dadas as características da Saúde Sociedade, também o Conselho Editorial tem avaliado que, muitas vezes, artigos relevantes nacionalmente não são citados internacionalmente. Esta é uma discussão presente entre os editores de periódicos das áreas de ciências humanas e sociais e de saúde coletiva. Em reunião promovida pelo SciELO, em junho de 2013, destinada a editores das revistas da área de humanas do SciELO, se discutiram pontos que diferenciam as publicações de Humanas das áreas mais 'duras', como as das ciências naturais, – missão; foco; infraestrutura do periódico; fontes de financiamento; modos de compor os comitês editoriais.

A melhoria da qualidade, a internacionalização e o aumento da visibilidade do periódico devem se refletir positivamente no impacto e na crescente participação de pesquisadores e grupos de pesquisa internacionais na revista. Adicionalmente, isto faz com que Saúde e Sociedade continue como um espaço aberto e sensível a novas abordagens, a alguns temas negligenciados pelo *mainstream* de periódicos da área da saúde, e, ao mesmo tempo, mantenha o espaço de crítica e reflexão interdisciplinar, apontando para a com-

plexidade do campo da saúde pública/coletiva na contemporaneidade.

O leitor e o autor

Uma análise dos acessos a Saúde e Sociedade, no portal SciELO, permite conhecer o público que lê e que escreve para a revista. A Tabela 2 demonstra a tendência de aumento de acessos, desde a indexação, em 2008, e o número muito expressivo de 4.407.544 acessos a artigos nesses sete anos. Esses dados mostram o fenomenal aumento de leitores que o acesso aberto e a versão eletrônica propiciaram. Anteriormente à indexação, a revista tinha uma tiragem impressa de 500 exemplares e dois números ao ano, assim, seus leitores eram muito restritos em número e em extensão geográfica, uma vez que a revista só era vendida e distribuída em São Paulo, com exceção de algumas bibliotecas de universidades de outras regiões brasileiras.

Fato importante, que corrobora a grande penetração social de Saúde e Sociedade, em que pese seu ainda baixo índice de citação, é sua posição de destaque no Portal de Periódicos da Universidade de São Paulo. Das 129 revistas indexadas naquele portal, Saúde e Sociedade figura em quinto lugar em número de downloads em PDF de seus artigos. Foram 265.129 downloads em 2014. Está, também, entre as 25 principais publicações em língua portuguesa do Google Scholar, com índice h5 - 18 e mediana h5 - 24.

Uma recente iniciativa visando maior diversidade e número de leitores, incluindo o público leigo, e também o encontro de uma forma de interagir com eles, foi a divulgação de alguns artigos

Tabela 2. Nº de acessos ao periódico Saúde e Sociedade no portal SciELO, de 2008 a 2014.

Ano do acesso	tipo de acesso		
	Revista	Sumário	Artigo
2008	16.634	16.841	336.186
2009	24.917	20.645	778.529
2010	27.552	22.218	728.351
2011	24.206	18.489	520.394
2012	40.632	24.328	678.971
2013	41.753	24.918	671.833
2014	43.504	16.535	693.280
total	219.198	143.974	4.407.544

Fonte Relatório de utilização do site, SciELO, março 2015.

no Facebook da APSP. Ainda não foi possível reunir material suficiente para uma avaliação, mas as primeiras tentativas, com artigos que tratam de temas que estão na pauta da Saúde no momento, tiveram muitas “curtidas” e reflexo em acesso no SciELO. As redes sociais, aparecem, então, como uma vertente importante a ser explorada.

A análise da instituição de filiação dos primeiros autores de artigos publicados, de 2011 a 2014, mostra que prevalecem aqueles filiados a unidades universitárias e institutos de pesquisa da área da saúde (68%), seguidos de autores filiados a serviços de saúde (13,8) e de unidades universitárias e institutos de pesquisa da área de ciências humanas e sociais (12,8).

Uma característica da autoria dos trabalhos publicados em Saúde e Sociedade é o número mais reduzido de autores do que em periódicos da área da saúde, mais afeitos à medicina e à epidemiologia. A média de autores por artigo, entre 2011 e 2014, foi de 2,9. Uma interpretação é que essa é uma característica mais comum às ciências humanas e sociais, que tratam de artigos com característica mais reflexiva e menos de resultados de pesquisas laboratoriais, por grandes grupos de pesquisa. Assim, mesmo sendo autores de instituições ligadas à área de saúde, sua produção científica é mais próxima a abordagens da área de humanas. De fato, pesquisa de Camargo Júnior et al.⁹, sobre produção intelectual em saúde coletiva, constatou que

Ao serem consideradas as diferentes subáreas em termos de percentuais da produção, verificou-se que 75,3% dos artigos de epidemiologia tinham três ou mais autores (50,3% quatro ou mais). Enquanto isso, essas proporções nas áreas de planejamento e ciências sociais e humanas em saúde foram, respectivamente, 42,9% (26,6%) e 29,8% (13,1%)⁹.

Na área de Ciências Sociais e Humanas em Saúde, 69% dos artigos analisados por aqueles pesquisadores tinham 1 a 2 autores e a mediana encontrada foi 1-3. Os autores concluíram, conforme a reflexão epistemológica apresentada no artigo, que há diferenças estruturais importantes e incontornáveis na forma de produção intelectual das diferentes subáreas da saúde coletiva. Entretanto, em artigo mais recente, detectaram que os periódicos de saúde coletiva têm apresentado aumento do número de autores por artigo, ao longo do tempo, incluindo os da área de Ciências Sociais e Humanas em Saúde, independente de orientação editorial¹⁰.

O fato de que, de 2011 a 2014, só 35% (133) dos artigos publicados em Saúde e Sociedade in-

dicarem ter recebido auxílio financeiro, para a realização da pesquisa, denota que a maior parte das pesquisas cujos resultados vêm sendo divulgados são custeadas pelos próprios autores.

Dentre os que receberam apoio financeiro, 71,8% o receberam de órgãos de fomento à pesquisa. Outros, resultados de teses e dissertações, foram custeadas com bolsa Capes (15,4%) (Gráfico 2).

Considerações finais e atuais

A trajetória da Saúde e Sociedade é reflexo da parceria exitosa entre a FSP USP e a APSP, e do trabalho dos autores e dos pesquisadores que compõem o corpo de pareceristas e de editoria da revista.

Os dados apresentados no corpo do artigo indicam que a revista vem resguardando compromisso com seus princípios fundantes. No entanto, restam desafios importantes na consolidação de sua linha editorial com artigos de elevada qualidade, de interesse nacional e mundial, que mereçam e garantam sua citação, para que o perfil inovador e complexo das abordagens continue a ser a marca do periódico.

Além desses, restam desafios de cunho mais administrativo, como a sustentabilidade financeira e de fluxo de produção; a profissionalização da gestão editorial, o que deve implicar na diminuição do tempo de avaliação e de publicação

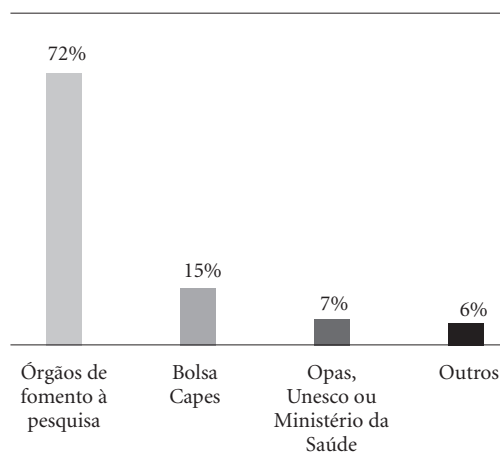


Gráfico 2. Fontes de apoio à pesquisa de artigos publicados na Saúde e Sociedade, 2011 a 2014.

Fonte: SJR março 2015.

dos manuscritos, garantindo o ineditismo das ideias. Adicionalmente, há a perspectiva de ampliar mecanismos de divulgação e comunicação com leitores com o uso de redes sociais e a eliminação de versão impressa.

Colaboradores

CL Martins, H Ribeiro, AT Alvarenga e JR Carvalheiro participaram igualmente de todas as etapas de elaboração do artigo.

Referências

1. Spinola AWP, Escrivão Jr A. Editorial. *Saúde Soc.* 1992; 1(1):1-2.
2. Pitanguy J. Cairo + 20: uma visão crítica de processos e resultados de negociações e perspectivas de futuro. In: Arilha M, Lago T, organizadores. *Cairo + 20 e políticas públicas no Brasil: consolidando e ampliando direitos.* São Paulo: Oficina Editorial; 2014. p. 9-26
3. Carvalheiro JR, Heimann LS, Derbli M, organizadores. *O social na epidemiologia: um legado de Cecília Donangelo.* São Paulo: Instituto de Saúde; 2014
4. Testa M. *Pensar saúde.* Porto Alegre: Editora Artes Médicas; 1992.
5. Minayo MCS. A produção de conhecimentos na interface entre as ciências sociais e humanas e a saúde coletiva. *Saúde Soc* 2013; 22(1):21-31.
6. Editorial. *Saúde Soc.* 2003; 12(1):3-4.
7. Garfield E. How can impact factors be improved? *BMJ* 1996; 313(7054):411-413.
8. Gomes MHA. Editorial. *Saúde Soc.* 2012; 21(1):5-6.
9. Camargo Júnior KR, Coeli CM, Caetano R, Maia VR. Produção intelectual em saúde coletiva: epistemologia e evidências de diferentes tradições. *Rev Saude Publica* 2010; 44(3):394-398.
10. Camargo Júnior KR, Coeli CM. Múltipla autoria: crescimento ou bolha inflacionária. *Rev Saude Publica* 2012; 46(5):894-900.

Artigo apresentado em 14/04/2015

Aprovado em 28/04/2015

Versão final apresentada em 30/04/2015